

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL: CONTRADIÇÕES DO COMPLEXO EDUCATIVO NA SOCIEDADE DE CLASSES¹

Education as social practice: contradictions of the educational complex in class society

SANTOS, Layslândia de Souza²

SANTOS, Maria Escolástica de Moura³

SANTOS, Lailton de Souza⁴

RESUMO

As reflexões realizadas no presente trabalho têm como fundamentação a filosofia marxista. Com base nos construtos teóricos e metodológicos ancorados no materialismo histórico dialético tecemos considerações acerca da educação imersa na sociedade capitalista, no intuito de refletir sobre o papel histórico do complexo educativo dentro da sociedade de classes, bem como as contradições que permeiam a educação. O movimento dialético realizado neste trabalho se inicia com um esforço intelectual para compreender o fenômeno educacional em suas múltiplas dimensões, de modo que para tal feito, o método histórico dialético marxista foi utilizado para entender as problemáticas estruturais que cercam o complexo educacional. A concepção marxista de que só é possível compreender o fenômeno a partir da gênese resulta em breves apontamentos sobre a origem das contradições históricas da educação e sobre a crise estrutural como reflexo da decadência do capitalismo como modelo social. O debate e diálogo com obras marxianas e lukacsianas, bem como com importantes intérpretes marxistas permitem realizar reflexões sobre as possibilidades de articulação no campo da educação e em relação a potencialidade do complexo educacional diante dos entraves do capitalismo. A luta por uma educação crítica, que de fato consiga concretizar e levar para a classe trabalhadora a arte, a cultura e o conhecimento científico para a construção de um projeto de sociedade que ultrapasse os limites impostos pela sociedade capitalista.

Palavras-chave: Educação. Sociedade de Classes. Crise Estrutural.

¹ Esta pesquisa é uma produção original e não foi apresentada em eventos ou encontros científicos. Trata-se de uma produção bibliográfica, com estudos teóricos. É resultante dos debates e estudos realizados na Disciplina "Educação e Marxismo", do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Mestra em Educação e Ensino pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE - 2021). Professora Efetiva da Rede Pública de Educação Básica do município de Quixadá, no estado do Ceará. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2016). E-mail: sousalays7@gmail.com

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC (2017); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2010) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (2004). É Professora Adjunta II da Universidade Federal do Piauí, Departamento de Fundamentos da Educação - DEFE, área de Fundamentos Históricos e Culturais da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGED/UFPI, linha Formação Humana e Processos Educativos. E-mail: escol.santos@ufpi.edu.br

⁴ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN). Mestre em Educação e Ensino pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE - 2021). Coordenador Pedagógico da Rede Pública de Educação Básica do município de Ocara, no estado do Ceará. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2018). E-mail: lailton0110@gmail.com

ABSTRACT

The reflections made in this paper are based on Marxist philosophy. Based on the theoretical and methodological constructs anchored in Dialectical Historical Materialism, we make considerations about education immersed in capitalist society, in order to reflect on the historical role of the educational complex within class society, as well as the contradictions that permeate education. The dialectical movement carried out in this work begins with an intellectual effort to understand the educational phenomenon in its multiple dimensions, so that to do so, the Marxist historical dialectical method was used to understand the structural problems that surround the educational complex. The Marxist conception that it is only possible to understand the phenomenon from its genesis results in brief notes about the origin of the historical contradictions in education and about the structural crisis as a reflection of the decadence of capitalism as a social model. The debate and dialog with Marxian and Lukashian works, as well as with important Marxist interpreters, allow us to reflect about the possibilities of articulation in the field of education and about the potentiality of the educational complex in face of the obstacles of capitalism. The struggle for a critical education, which in fact can bring to the working class the art, the culture, and the scientific knowledge for the construction of a project of society that goes beyond the limits imposed by the capitalist society.

Keywords: Education. Class Society. Structural Crisis.

INTRODUÇÃO

A sociabilidade burguesa, por meio de instrumentos ideológicos, tenta mascarar a miséria humana que, por sua natureza, é oriunda das desigualdades sociais. Embora ilusória, a ideia de liberdade é disseminada comumente como uma verdade absoluta. Isso contribui para que o ser humano não perceba ou se posicione de modo espontâneo perante a exploração cotidiana da força de trabalho e da própria essência humana. Ainda que alguns indivíduos percebam a injustiça social, as ilusões do modo de produção capitalista impõem inúmeras dificuldades à ação. É assim que o entorno dos descontentes se articula com determinadas contradições que criam hercúleos obstáculos para que a pessoa humana, conscientemente, possa agir na direção de transformações efetivas contra o capitalismo.

Esse é o sucinto cenário em que a educação institucional tem sido debatida por vários setores da sociedade. Os mais variados discursos sobre a importância e o papel que a educação deve desempenhar no complexo social surgem desse debate e acabam por impregnar ideologicamente o complexo educativo. No centro de tais ideologias, ganha relevância os interesses das organizações multilaterais. As agências transnacionais defendem, com todas as suas armas discursivas, que a escola deve ser organizada para atendimento direto às necessidades do mercado capitalista em sua versão mundializada. Esse é o quadro em que a educação escolar pública luta para gerenciar seu financiamento que, na maioria dos casos, orienta-se pelos preceitos do Banco Mundial.

É diante desta resumida moldura em que o presente artigo, de caráter teórico e bibliográfico pretende refletir sobre o papel histórico do complexo educativo dentro da sociedade de classes, bem como as contradições que permeiam a educação.

Para desempenhar tal feito, o estudo será guiado pelo materialismo histórico dialético e se pautará nas importantes contribuições marxianas e marxistas. Carvalho (2017) e Marx e Engels (2007) são fundamentais para compreendermos o porquê de o materialismo histórico dialético ser o método que nos permite compreender o fenômeno educacional em suas múltiplas dimensões. Para entender a origem

histórica das contradições que permeiam o complexo educacional, recorreremos ao filósofo húngaro Lukács (2018) e as pesquisadoras Lima e Jimenez (2011). Mészáros (2011) desvenda as características da Crise estrutural do Capital e dialogamos com Maceno (2017), Tassigny (2004) e Santos (2017) para analisar como esta crise rebate no complexo educacional. Por fim, nos apoiamos em Tonet (2005, 2014) para refletir sobre as possibilidades e a potencialidade da educação na sociedade de classes.

METODOLOGIA: COMPREENDENDO O FENÔMENO EDUCACIONAL EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Refletir as contradições e possibilidades do complexo educativo dentro da sociedade de classes exige do pesquisador um rigoroso compromisso que é acadêmico, mas também político e ideológico. Aprofundar a investigação sobre os interesses do capital e as estratégias que são implementadas na educação estrito requer um movimento dialético de intenso engajamento com a defesa de uma educação crítica para os estudantes, especialmente os filhos da classe trabalhadora, que são os mais atingidos pelo reformismo característico da sociedade capitalista.

Por tanto, a escolha de um método de pesquisa que possibilite a realização de uma investigação com resultados e respostas (ou mais questionamentos), que contribuam com a denúncia em relação à precarização do complexo educativo em meio a brutalidade da sociedade capitalista, tem de levar em consideração que é o movimento real que determina a consciência, isso em um processo dialético.

Desta forma, o presente trabalho se desenvolverá nas bases do materialismo histórico dialético, pois o método marxista é o que nos possibilitará o aprofundamento da compreensão dos complexos sociais, o que possibilita uma análise crítica e radical do real. O referido método marxiano viabiliza a construção do conhecimento e da intervenção no real, sendo um modo de interpretar e agir sobre o mundo. Em 18 Brumário de Luís Bonaparte (2011), Marx destaca que os homens fazem a sua própria história, porém, não escolhem as circunstâncias sobre as quais ela é feita, ou seja, nós possuímos a capacidade de agir, mas o meio é moldado pelas condições históricas. A história, de acordo com a concepção do marxismo clássico, parte do desenvolvimento do processo real de produção da vida, deste modo, as análises que fazem parte da história humana têm como base a própria realidade (NETTO; BRAZ, 2012).

Admitindo como referencial teórico-metodológico da nossa pesquisa a crítica marxista, destacamos a importância do materialismo histórico dialético, que nos dá a possibilidade de apreender os fatos para além da aparência fenomênica da realidade. O referido método busca estabelecer uma relação entre sujeito-objeto, aparência e essência, o todo e as partes, as quais se encontram em constante movimento, aflorando as contradições que constituem uma mesma realidade. Como é possível observar em Marx (2006), a essência expressa as conexões internas da natureza, o fundamento das variedades múltiplas dos fenômenos, e a aparência possibilita captar a essência. Porém, a aparência por si só não revela a essência do objeto.

Como é possível observar em Carvalho (2017), o materialismo histórico dialético é o método de interpretação e ação sobre a realidade, na medida em que enxerga a existência dos seres humanos dentro de sua historicidade e de acordo com as relações materiais da sociedade humana. Marx (2007, p. 84) ao criticar a autonomização das ideias promovidas, segundo ele, pelos jovens hegelianos, afirma:

Essa exigência de transformar a consciência resulta na exigência de interpretar o existente de outra maneira, quer dizer, de reconhecê-lo por meio de uma outra interpretação. Os ideólogos jovens-hegelianos, apesar de suas fraseologias que têm a pretensão de “abalar o mundo”, são os maiores conservadores. Os mais jovens dentre eles encontraram a expressão certa para qualificar a sua atividade, quando afirmam que lutam apenas contra “fraseologias”. Esquecem apenas que, a essas fraseologias, não opõem nada além de fraseologias, e que, ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente.

Ou seja, as ideias não possuem existência independente, elas partem das condições e funções materiais em que os seres humanos estão inseridos. O movimento histórico é dialético porque está associado às contradições e resoluções da humanidade.

Carvalho (2017) explica que a função de um pesquisador que pretende operar com o materialismo histórico dialético tem de levar a efeito uma abordagem acompanhada de uma imprescindível triagem das impressões empiristas e idealistas, com vistas a separar os conteúdos poéticos e metafísicos das inspeções mais ou menos concretas e proceder a uma análise crítica dos instrumentos conceituais com os quais foram elaboradas, nas vezes antecedentes e mais ou menos remotas, as interpretações daqueles fatos. De acordo com o autor, isso só é possível quando o investigador se apropria de um mínimo de relações universais registradas que existiam e que contextualizavam os fatos e as relações particulares acontecidos no referido tempo passado.

Partindo do princípio marxista de que só podemos compreender os fenômenos a partir da gênese, para que possamos compreender as contradições e possibilidades da educação dentro da sociedade capitalista será necessário um movimento teórico de resgate da constituição do complexo educacional e das categorias que o cercam, pois como nos alerta Carvalho (2017, p.161) “a apreensão das categorias, dos conceitos e das leis exige o necessário acompanhamento da evolução histórica”. No método marxista, entendemos as categorias como sínteses dos pensamentos, expressões do real, pois nelas existem os elementos de composição da realidade. Carvalho (2017, p.74) ressalta que:

De posse das categorias e dos conceitos que vão sendo criados, o intelecto vai desenvolvendo a teoria, vai tecendo a teorização, que é o ato de produção da teoria e implica que o intelecto, ao tempo que vai descobrindo, utilizando e relacionando categorias e conceitos cada vez mais complexos, vai também, dessa forma, construindo o corpo teórico que as unifica em uma só totalidade, dessa vez abstrata; é ato e produto (e o produto está no ato, pois o produto nasce no, do, pelo e com o ato) do trabalho intelectual, pelo qual se elaboram a um só tempo categorias e conceitos e, de posse deles, elaboram-se outras e mais amplas e superiores categorias, e outros mais amplos e superiores conceitos. A teoria é, ao mesmo tempo, meio de produção e produto dos conceitos e das categorias que vão nascendo, sendo empregados, relacionados, deduzidos, induzidos, inferidos, investigados dialeticamente.

Deste modo, a investigação que desenvolveremos vai de encontro ao que Carvalho (2017) denomina como produção dialética do conhecimento, pois o movimento teórico do objeto de pesquisa não se reduz a fórmulas e se situa em um contexto de enfrentamento a ordem social vigente. “Os homens não buscam apenas saber: buscam-no para transformar-se e transformarem as coisas, a vida, o mundo; e à medida que se transformam e transformam o mundo, conhecem mais sobre si mesmos e sobre o mundo. Há, é certo, requisitos que a própria humanidade cria, às vezes com demora, para a difícil tarefa do conhecimento” (MEDEIROS, 2017).

Vale esclarecer que, baseados no legado marxiano, compreendemos a dialética como o elemento contraditório, a determinação interna, a negação própria em determinado movimento histórico. Nascimento (2019) esclarece que a Dialética seria uma lógica da relação, ou seja, o negativo é o outro, a contradição é a relação. O pesquisador acrescenta ainda que:

Quando se reflete sobre o todo ou a totalidade, emergem contradições e negações, sendo isso, propriamente, a dialética. A dialética é a própria natureza, verdadeira natureza das coisas (*Enciclopédia*, § 81), e não uma arte exterior às coisas (*Enciclopédia*, § 274): a realidade concreta é em si dialética [...] Com efeito, na relação dialética, a contradição é em si a própria relação, na qual, o negativo é o outro, o que implica, na realidade, a necessidade da alteridade, do outro, enquanto oposição e negação (NASCIMENTO, 2019. p. 32).

Como ressalta Marx em *A Ideologia Alemã* (2007) a libertação se dá na base material, os seres humanos se libertam de suas barreiras naturais e criam novas e complexas relações entre si e com a natureza. Marx (2007) ressalta que não há libertação na escassez, é necessária abundância para que os sujeitos da sociedade possam vislumbrar a possibilidade de libertação. Para o filósofo, o ser humano é um ser histórico e que faz história, mas a faz sob determinadas condições que são historicamente construídas. E é a máxima de Marx em *A Ideologia Alemã* que orienta nossa perspectiva da pesquisa, a de que o que importa de fato é transformar a realidade.

Partindo disto, ressaltamos os pressupostos do materialismo histórico dialético: 1º - trabalho, 2º - processualidade histórica, 3º - reprodução biológica e 4º- reprodução social. Ou seja, é necessário estar vivo em condições de subsistência e além disso, ter condições de transformar a natureza para produzir sua subsistência e nisto satisfazer as necessidades. Este movimento cria sempre o novo, e desta forma, ao satisfazer as necessidades se criam novas necessidades. Neste processo de desenvolvimento histórico, os homens se renovam diariamente por meio do trabalho, assim, se criam outras vidas e se estabelecem novas relações.

Por todas as razões expostas anteriormente, entendemos o materialismo marxista como o mais adequado quando se pretende enxergar o objeto de estudo em sua dimensão histórica e dialética, possibilitando assim uma análise do fenômeno educacional em sua completude.

GÊNESE DO COMPLEXO EDUCACIONAL: A ORIGEM DAS CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO

Para que possamos compreender a origem dos fenômenos que rodeiam o complexo educacional, precisaremos recorrer à gênese histórica que nos faz considerar a educação em seu sentido ontológico como um complexo universal, ou seja, sempre existiu e fez parte de todos os tipos de sociedade, pois está ligada a própria reprodução da vida humana.

Como afirmou Lukács (2018) a partir de Marx, o trabalho é a categoria fundante do ser social. Lima e Jimenez (2011, p. 74) afirmam que “é o trabalho que inaugura um processo de complexificação, alargando os horizontes da reprodução humana, criando novas necessidades e ampliando as formas de satisfazê-las”. Com isso, tudo que está atrelado ao ser tem sua existência ligada a este complexo fundante. Portanto, o trabalho é a base que representa a transição para a constituição de uma nova esfera de ser, ou seja, é a base do salto ontológico.

Vale destacar que o salto ontológico, segundo Maceno (2017), não pode ser tomado como um processo gradativo que segue uma contínua progressividade, e muito menos como uma nova esfera de ser que surge pronta e acabada, pois, nas palavras do próprio Lukács (2018, p. 11), “todo salto significa uma mudança qualitativa e estrutural do ser”, em que a fase inicial contém determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores. Destarte, a essência do salto ontológico seria a ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento, e não o nascimento súbito de uma nova esfera de ser.

Corroboramos, junto a Lukács (2018), a existência de três níveis de ser. A esfera inorgânica, que seria a dos minerais, dos elementos químicos, em que não se pressupõe qualquer ser biológico ou social, tornando-se a base da esfera posterior. A esfera orgânica seria a evolução a partir da anterior, e teria surgido de determinadas interações destes elementos químicos que estão presentes na esfera inorgânica. Na esfera orgânica havia reprodução, que teria concebido os primeiros seres unicelulares, estes evoluindo constantemente, viabilizaram a formação de um ser mais complexo. Qualquer possibilidade de desenvolvimento decorre da evolução, da adaptação de uma espécie animal. Para Maceno (2017), este novo ser é caracterizado por categorias novas e heterogêneas, que não se encontravam na esfera de ser existente até o momento. Vale destacar que a formação de uma nova categoria de ser não elimina ou extingue a anterior, pois a esfera inorgânica permanece no interior da orgânica.

O terceiro nível de ser, de acordo com a Ontologia de Lukács (2018), corresponde ao ser social. O salto ontológico que permite a evolução da esfera orgânica se dá por meio do trabalho, e este seria o principal fator responsável pelo surgimento deste nível de ser: “aqui, existe um salto que não mais tem lugar no interior da esfera do orgânico, mas que, por princípio, significa um qualitativo, ontológico, ir para além dela” (LUKÁCS, 2018, p. 11). A reprodução e produção da sua existência acontece a partir da sua intervenção, da sua consciência na natureza. Sendo assim, o trabalho pertence exclusivamente ao gênero humano, e tem sua essência ontológica em caráter de transição, o ser social forma-se mediante o trabalho. Segundo Lukács (2018, p. 17), “o mais elevado patamar de ser por nós conhecido é o ser social”. Ademais, ressaltamos que o trabalho funda o ser social, mas não o esgota, isto é, há outras mediações. Marx (1983) explica:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1983. p. 149).

Lukács (2018) nos explica ainda que o trabalho é a categoria fundante porque mesmo que a gênese do ser humano coincida no tempo e no espaço com a gênese biológica do *homo sapiens*, apenas o trabalho medeia a relação posta entre o ser vivo e a natureza, munindo-lhe da capacidade de produzir permanente e incessantemente o novo. Ou seja, é fundante não porque é cronologicamente anterior, mas sim porque faz parte do complexo do ser social mais simples que tenha surgido. Todos os outros complexos sociais estabelecem relações entre o gênero humano, mas somente o trabalho relaciona indissociavelmente ser e natureza, determinando uma mediação entre as esferas que constituem o ser social.

Em Lukács (2018) podemos compreender a totalidade que explica a origem da educação e sua relação ontológica com o trabalho. A gênese das contradições do complexo educacional está relacionada à própria característica fundamental do sistema capitalista: a desigualdade de classes. A interação da espécie humana com a natureza gera o desenvolvimento da sua capacidade teleológica, dotando suas ações de sentido e prévia ideação, este ser alcança uma nova esfera, que seria a do ser social. Sua constituição só é possível por intermédio da relação entre o ser humano e a natureza, ou seja, do trabalho. Os outros seres complexos que decorrem das condições naturais irão permanecer e se reproduzir num grau de evolução de acordo com as condições ambientais e genéticas que permanecem. Porém, a partir desta interação entre o homem e o meio natural, conforma-se um novo patamar de sociabilidade. O salto ontológico representa então, uma transformação radical e irreversível na forma de vida existente (LUKÁCS, 2018).

Conforme reiteram Lima e Jimenez (2011, p. 84), “a educação é imprescindível em todos os modos de organização social porque sua função consiste em articular o singular ao genérico, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano [...]”, isso, de acordo com as autoras, possibilita a continuidade do ser social.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o complexo social da educação surgiu, na vida cotidiana, como resposta à necessidade de expressão e de domínio sobre a realidade a que as formas de pensamento cotidiano não eram capazes de responder conscientemente. Em sua mistura de rigidez e maleabilidade, essas formas de pensamento misturam, assim, empirismo e explicações transcendentais (TASSIGNY, 2004, pg. 89)

Existe uma distinção necessária que deve ser feita para que possamos prosseguir. Há dois tipos de educação que estão presentes na vida social: a lato e a estrito. A educação lato está ligada à reprodução das relações sociais, bem como dos saberes ligados ao desenvolvimento dos labores comunitários, ou seja, ocorre de forma espontânea. Já a estrito surge a partir do momento histórico em que existe a possibilidade de uma classe usufruir do ócio, isto é, quando um grupo por meio da exploração do trabalho de outro, desfruta de tempo livre para pensar e desenvolver novas necessidades que não estejam ligadas somente a produção de condições de subsistência.

Assim, em Lukács (2018), a educação em sentido lato é um complexo universal, pois comparece em todas as formas de sociedade constituídas pelo homem, e através dela, cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade e as características humano-genéricas produzidas pela humanidade. Em sentido lato, a educação seria uma categoria universal que concretizaria a apropriação das objetivações que constituem o gênero humano. Já a educação em sentido estrito advém da complexificação das relações de trabalho e do aprofundamento da divisão de classes. Assim, para o referido autor, percebe-se que o essencial da educação – em sentido lato ou estrito – consiste em: capacitar os seres humanos a reagir aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que surgem na sociedade e que vierem a ocorrer em sua vida. Em suas palavras;

Isto significa duas coisas: primeiro, que a educação dos seres humanos — tomada no sentido mais amplo — jamais está inteiramente completa. Sua vida pode, sob circunstâncias, terminar em uma sociedade inteiramente diferente, com demandas inteiramente outras daquelas para as quais sua educação — em sentido estrito — o preparou (LUKÁCS, 2018, p. 133).

A educação em sentido estrito é influenciada diretamente pelos interesses de classe, que passam a sistematizar conhecimentos específicos determinados pelo estrato privilegiado da época. Essa educação não era acessível a todas as classes sociais, os trabalhadores que continuavam exercendo suas funções ainda não tinham, inicialmente, como acessá-la. Devemos ressaltar que esta situação perdura até os dias atuais, em que muitos ainda não têm condições de acesso e permanência nos sistemas de ensino. É importante destacar que a educação estrito não exclui a educação lato, pois esta permanece presente nas relações cotidianas.

Lima e Jimenez (2011) alertam para o fato de que não podemos traçar um limite preciso entre a educação em sentido estrito e lato, estes se “interpenetram” e se “influenciam”. Na relação entre estes dois sentidos de educação, a estrito estende a ideologia dominante que influencia a prática da educação lato.

Os processos educacionais em sentido *lato*, cujos desenvolvimento e efetivação contam com a participação de todos os sujeitos que formam a totalidade social e não de um grupo particular (ou vários), reproduzem práticas muitas vezes alicerçadas em interesses contrários àqueles vinculados à educação em sentido *estrito*. A educação em sentido *lato* perpassa a educação em sentido *estrito* e também influencia sua objetivação. Nessa relação de influência mútua, o momento predominante é a totalidade social (LIMA; JIMENEZ, 2011, p. 89).

Dito isto, devemos esclarecer que essa divisão entre educação lato e estrito marca o que Santos (2017) denomina de dualidade da educação. Ou seja, o surgimento de um tipo de educação que está associada às necessidades de uma determinada classe social e que conseqüentemente, não está disponível para todos os sujeitos, marcando uma característica fundamental da educação da sociedade de classes: a desigualdade na oferta e na organização do ensino. Vale ressaltar que até que esta educação sistematizada se tornasse acessível para a classe trabalhadora houve um longo e extenso processo de luta. Porém, a expansão e gratuidade do ensino surge também com um outro elemento característico ligado às novas necessidades do capitalismo em desenvolvimento: a formação de mão de obra para a produção de mercadorias.

Com a intensificação da divisão social de classes, e a ascensão do sistema capitalista como modelo econômico e social vigente, essa dualidade educativa se acentua ainda mais. A crescente necessidade de mão de obra para operar as máquinas e realizar os trabalhos manuais e fabris fez surgir outras necessidades a educação estrito; o que resultou na subdivisão desta educação em propedêutica e profissionalizante.

Dentro do modelo de educação estrito, acontece essa subdivisão que acirra a problemática das desigualdades entre a classe trabalhadora e a classe que domina os meios de produção. A educação em sentido lato não se extingue, porém a estrito, cada vez mais sistematizada, se subdivide entre educação propedêutica e profissionalizante, a primeira voltada para o estudo do conhecimento e da cultura geral, sendo destinada a reverberar os problemas sociais, e a segunda formulada para instrumentalizar a classe que desempenha os ofícios.

Deste modo, a dicotomia da educação fica evidente, sendo que de um lado temos um tipo de educação voltada para a burguesia, e do outro uma educação técnica, voltada para o ensino de profissões. Vale destacar que essa dicotomia emana de um momento de intensas transformações na sociedade burguesa, em que se necessita cada vez mais de mão de obra qualificada, ou melhor dizendo, instrumentalizada, pois a revolução burguesa imprimiu uma maior demanda de operários capacitados para lidar com as

máquinas industriais, intensificando a exploração do proletariado. Vejamos que, quanto maior a exploração da classe trabalhadora, maior o acúmulo de riquezas para a burguesia.

Mészáros (2011) nos alerta sobre o *modus operandi* do sistema capitalista, que não consegue separar avanço de destruição, nem progresso de desperdício. A exploração de uma classe em detrimento do enriquecimento de outra faz parte da essência deste tipo de sociedade, é uma característica fundamental do modo de produção capitalista que exista essa desigualdade na composição das classes sociais, e isso reflete em todos os complexos societários.

Essa contradição característica do complexo educativo dentro da sociedade de classes se intensifica ainda mais com o momento histórico que o capitalismo está imerso. As relações sociais, econômicas e políticas deste sistema que é essencialmente desigual desencadeiam crises constantes que resultam em graves consequências para a humanidade. Neste panorama, a educação é convocada para corrigir as mazelas sociais de toda ordem, tendo de apresentar soluções para os conflitos postos pela contradição fundamental entre capital e trabalho, atendendo às necessidades do sistema em seu processo de expansão e acumulação.

Diante disto, o complexo educacional dentro da sociedade classista desempenha uma função fundamental para o sistema: ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, desconsiderando a necessidade de uma formação voltada para o desenvolvimento e a construção de uma sociedade livre e igualitária. A naturalização da lógica de exploração e desumanização que se aprofundam exponencialmente no corpo social hodierno são implementadas por meio de projetos educacionais a serviço da reprodução do capital e se efetivam pela negação do conhecimento capaz de revelar as determinações do real e da complexidade e multiplicidade de suas dimensões.

A função essencial da educação estaria associada à transmissão e apropriação das características que compõem a genericidade em cada momento concreto de constituir-se como partícipe do gênero humano, porém, com a complexificação do trabalho e a divisão de classes, o complexo educacional tem sua constituição inicial modificada.

O complexo social da educação realiza-se pela mediação da práxis educativa, por meio das apropriações das capacidades humanas e pelas incorporações, por parte dos sujeitos, dos produtos sociais que constituem patrimônio histórico da humanidade (TASSIGNY, 2004, pg. 91).

Mészáros (2008) afirma que o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam automaticamente. A educação institucional é responsável pela produção e reprodução de valores. Diante do exposto, podemos compreender que existem interesses específicos que são determinados pelo sistema e que trazem para a educação uma série de consequências estruturais, curriculares e metodológicas. Esta situação é agravada pelo que o autor húngaro denomina de Crise Estrutural do Capital.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A DECADÊNCIA DO CAPITALISMO COMO MODELO SOCIAL

Mészáros (2011) denomina esse novo patamar do sistema capitalista de crise estrutural, um *continuum* de crises. Diferentemente das diversas crises cíclicas do

passado, o capitalismo enfrenta atualmente uma de caráter estrutural, com proporções globais e níveis de intensidade nunca vistos na história, com consequências fortíssimas para a humanidade. Antunes (2011) afirma, na introdução do livro *Crise Estrutural do Capital* (2011), que Mészáros indica que o capitalismo adentraria em uma fase inédita, de crise profunda, marcada por um *continuum* depressivo, a qual se mostrava longeva e duradoura, sistêmica e estrutural, representando uma manifestação do sistema encontrando os seus próprios limites.

Antunes (2011, p. 11) segue explicando que o capitalismo é expansionista, na busca crescente e desmedida de mais-valor, e é destrutivo, porque seu processo é pautado pela superfluidade e descartabilidade, tornando-se, assim, um sistema incontrolável. Depois de várias crises cíclicas, esta que se instaurou é global, cumulativa, crônica e permanente. Como explana Mészáros (2011a), o que caracteriza a crise atual são as variadas e intensas precipitações, que tendem a uma continuidade depressiva, marcada por uma recessão seguida da outra, e que reativa de forma violenta as contradições internas do capital. O filósofo marxista elucida que a atual crise vivenciada no século XXI pode ser considerada rastejante, pois difere das erupções e dos colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, e faz a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas comprometeram a manutenção da vida como prenuncia a atual crise.

Para o autor húngaro, a novidade histórica deste colapso se manifesta em quatro aspectos principais. O primeiro aspecto está relacionado à sua universalidade, ou seja, afeta todas as esferas da sociedade, atingido o conjunto das instituições da ordem burguesa, o comércio, a economia, a produção, os governos etc. Assim, ela não está restrita a uma esfera particular. Uma crise cíclica comprometeria uma esfera e, após um determinado período de recessão, recuperaria o setor prejudicado.

O segundo aspecto se refere ao seu alcance global, isso quer dizer que é uma instabilidade que não afeta somente a uma região, país ou conjunto particular de países, isto é, até as economias mais solidificadas sofrem as consequências dos ajustes impostos pelo sistema para se manter vigente. É importante salientar que a classe trabalhadora é a mais impactada neste contexto. O terceiro aspecto está ligado à questão da continuidade. A crise estrutural não é temporária, limitada, muito pelo contrário, é extensa e incessante. E o quarto aspecto é o modo como se desdobra esse movimento, que é lento e progressivo, ou seja, ela não se extingue e seu agravamento ocorre progressivamente.

O processo de crise estrutural que está arraigado nas bases materiais do modo de produção tem consequências seríssimas em todos os setores da sociedade. Contudo, como afirma Mészáros (2011), tais problemas sociais são causados pelo próprio funcionamento metabólico do capital. A educação vem sendo fortemente influenciada por normas e regras de organismos financeiros in1de uma autoconstrução do indivíduo livre.

DAS CONTRADIÇÕES ÀS POSSIBILIDADES: A POTENCIALIDADE DO COMPLEXO EDUCACIONAL DIANTE DOS ENTRAVES DO CAPITALISMO

O resgate ontológico da constituição do complexo educacional dentro da sociedade capitalista deixa evidente que este complexo tem fins determinados e que representa o modelo de formação com especificidades e interesses da manutenção da ordem vigente. A articulação destas informações com a reflexão sobre o atual momento

histórico que o capitalismo vivencia nos possibilita compreender como este sistema maneja os complexos sociais a fim de tentar manter sua hegemonia.

Os rebatimentos desta tentativa de controle social são os mais variados e a precarização da formação dos indivíduos é uma das mais evidentes. A educação sistematizada que é oferecida às crianças e jovens da classe trabalhadora está cada vez mais evidenciando o tipo de sujeito que é útil ao sistema capitalista.

Diante do exposto, apontamos como contradição fundamental do complexo educacional na sociedade capitalista a dicotomia educacional (SANTOS, 2017). Os gerenciadores do capital não têm interesse em uma formação humana, crítica e emancipadora dos sujeitos sociais. Formar os indivíduos com capacidade crítica, dispor de condições estruturais e curriculares nos espaços educacionais para que os sujeitos tenham acesso à cultura, à arte e ao conhecimento histórico acumulado pela humanidade e que haja um ensino que proporcione reflexões críticas e conscientes sobre o potencial revolucionário da classe trabalhadora é ir contra a própria essência do sistema capitalista.

No entanto, é necessário que as crianças e jovens da classe trabalhadora tenham acesso a algum tipo de saber sistematizado, a um conhecimento que os torne sujeitos úteis para os interesses do capital. Diante disto, o sistema cria um tipo de educação e políticas educacionais que insiram os jovens trabalhadores e os prepare para lidar com uma estrutura social em crise, e que consigam de algum modo se inserir no mundo do trabalho precarizado ou ainda, impregnar a ideia de meritocracia, de competitividade para mascarar a realidade do desemprego estrutural.

Um outro elemento que podemos mencionar é a necessidade de regulação dos conflitos advindos das contradições do sistema. As políticas educacionais e as reformas do sistema educacional que foram implementadas nos últimos anos deixam evidente que o Estado é burguês e tem como principal objetivo garantir os interesses do capitalismo. Portanto, o Estado não é nenhuma síntese, uma superação dos conflitos da sociedade, e nem um contrato estabelecido livremente entre os indivíduos, é uma entidade que tem o papel de administrar os conflitos e garantir que estes continuem existindo. O Estado seria então a instituição por meio da qual a burguesia toma decisões políticas para assegurar sua dominação, sendo o elemento de manutenção dos conflitos de classe, da reprodução e perpetuação da organização burguesa.

No marxismo, o Estado é um agente que faz parte da luta de classes, um produto das contradições, dos antagonismos entre as classes sociais. O fundamento da sociedade capitalista é a exploração e a dominação de uma classe sobre a outra, e o Estado deve apenas administrar os conflitos desta sociedade, e não os resolver. Se estes conflitos que decorrem da própria substancialidade do capitalismo não forem administrados, eles podem resultar no fim deste modelo econômico e social, na extinção das próprias classes em disputa. Desta forma, é a imprescindível a ação de um agente regulador que gerencie estes impasses sem alterar, porém, a essência do modo de reprodução social.

Para isso, este agente regulador se apropria de alguns direitos que antes eram tidos como naturais. Com a sua legitimidade reconhecida pela sociedade do capital, o Estado torna-se o único detentor do direito à violência como proteção, ao julgamento e à justiça. Isso agravou problemas e abismos sociais que já são próprios do sistema capitalista, deixando explícito os interesses que imperam e como eles se manifestam na realidade social. Engels (2010, p. 215-216) afirma que o Estado nasceu em meio aos conflitos das classes justamente para conter o antagonismo de suas contradições,

e, por regra, torna-se instrumento da classe mais poderosa, que é “politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.”

Como expomos até aqui, a educação é gerenciada e organizada com fins específicos que estão ligados aos interesses burgueses. Por tanto, é um desafio histórico tentar concretizar qualquer ação revolucionária dentro da educação escolar. Schlesener e Dal Lin (2016) *apud* Antunes (2009) explicam que a educação neste cenário é uma educação formal, parcelar e hierarquizada. A escola é moldada por uma pragmática tecnocientífica, qualificadora do mercado de trabalho gerencial, profissional, coisificado. Porém, apontamos outra contradição; ainda que o espaço da educação formal não seja o responsável pela transformação social, este ainda é um importante instrumento de formação dos filhos da classe trabalhadora. Aí reside uma importante reflexão sobre a atuação dos educadores frente às imposições do sistema capitalista, pois mesmo em um espaço muito restrito, não se pode renunciar ao enfrentamento à precarização do ensino público, de uma educação que disponha de elementos que possibilitem aos estudantes uma formação crítica para a tomada de consciência. A classe trabalhadora tem de ter acesso ao conhecimento historicamente sistematizado e acumulado, pois, segundo Tonet (2014, p. 4), sem este acesso ao conhecimento, “sem o patrimônio – cognitivo, tecnológico e artístico – amealhado até o momento pela humanidade seria, para ela, impossível tanto de iluminar o processo da sua libertação como construir outra e superior forma de sociabilidade”.

Partindo disso, encaminhamos como apontamentos finais o que Tonet (2005) denomina de Atividades Educativas Emancipadoras. O referido autor defende a ideia de que não é possível, de um modo geral, organizar a educação em sua forma e seus conteúdos para a construção de uma sociedade plenamente emancipada. Contudo, acredita que perante as contradições existentes na relação trabalho e capital, é possível que no interior da dimensão educativa se organizem atividades que contribuam para a transformação radical do mundo e para a construção de uma forma de sociabilidade para além do capitalismo.

Faz-se necessário que se compreendam os limites insuperáveis que a educação escolar encontra para contribuir com a construção de uma sociedade emancipada. Tonet (2014) esclarece que a educação não é condição suficiente para a emancipação humana, mas seria possível que, no interior do processo educativo, se articulem atividades que contribuam na busca da emancipação. Tonet (2014, p. 1) afirma ainda:

[...] não há como negar que a humanidade vivencia hoje uma gravíssima crise, cujo responsável último é o processo de produção e reprodução do capital. Essa crise afeta, de modo diverso, todas as formas de existência humana. A particularidade desta crise [...] tem rebatimentos específicos também na área da educação, e impõe [...] tarefas também específicas quando se pretende que essa atividade (a atividade educativa) contribua para a construção de uma forma de sociabilidade para além e superior a atual.

Assim, é necessário compreender que as atividades educativas emancipadoras são “todas aquelas que contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe hoje” (TONET, 2014, p. 9). É importante ressaltar o fato de que não basta ter acesso, pois para serem consideradas atividades educativas emancipadoras devem levar em conta algumas especificidades. Estas atividades devem contribuir para o entendimento do processo educativo em sua totalidade, de modo a compreender que “a realidade social é radicalmente histórica e social”, isto é, que ela resulta apenas da atividade humana e não de divindades: portanto, a história é feita pelos indivíduos.

Atividades educativas emancipadoras são aquelas que permitem a compreensão da origem e da natureza da sociabilidade capitalista, além do entendimento sobre a lógica da reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa, da natureza e das consequências da crise, bem como da possibilidade e da necessidade de superação do sistema capitalista. São atividades que permitem entender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade emancipada. São atividades que contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe hoje.

Além do que já foi dito, estas atividades devem estabelecer condições que “permitam compreender a natureza específica da educação, a função social que ela cumpre, as suas possibilidades e os seus limites”. Desta forma, Tonet (2014, p. 11) explica que:

Todo esse conjunto de atividades contribuirá para que as pessoas possam se engajar na luta pela construção dessa nova sociedade, participando tanto das lutas específicas da dimensão educativa quanto das lutas mais gerais. De nada adiantaria uma teoria que permanecesse no puro espaço teórico. Contudo, a teoria marxiana se caracteriza exatamente por possibilitar um tipo de conhecimento que articula a crítica radical, isto é, uma compreensão dos fenômenos sociais que vai até a sua raiz, à transformação também radical, vale dizer, uma subversão da totalidade social a partir dos seus fundamentos. Outras teorias fazem críticas, muitas vezes de grande pertinência. No entanto, nenhuma outra teoria implica essa articulação insuprimível entre crítica radical e transformação radical.

Tonet (2005) articula requisitos para o desenvolvimento do processo educativo emancipador, sendo que tais requisitos só terão sentido se estiverem articulados ao objetivo que se pretende chegar. O primeiro requisito é atribuído ao conhecimento do fim, ou seja, é indispensável nesta caminhada sabermos o final que almejamos na nossa prática, e, no caso, como o fim idealizado significaria a emancipação humana, seria extremamente importante para os educadores que assumissem esta responsabilidade de tornar este princípio efetivo no seu processo de ensino. Tal conhecimento não se resume apenas em adquirir uma cultura erudita, ou em acumular saber, mas sim pela possibilidade de articulação da organização e visão política de classe.

Aquisição deste conhecimento implica na possibilidade do sujeito social se relacionar de outro modo com a natureza e com a sociedade. Para isso, é fundamental a compreensão sobre o que seria uma sociedade emancipada, quais as possibilidades e empecilhos de se chegar a ela, o contexto histórico das transformações econômicas e sociais e buscar compreender como são estas relações na atual sociedade e qual o processo histórico perpassado para se chegar até elas.

O segundo requisito refere-se ao conhecimento do processo histórico, em que se faz necessária a apropriação do saber a respeito do processo histórico real, ou seja, o conhecimento da realidade na qual estamos inseridos, bem como todo o processo histórico da sociedade para dela alavancarmos a mudança para um contexto justo e igualitário. Tonet (2005, p. 233) ainda explica que é preciso buscar um saber de base ontológica, regido pelo princípio da totalidade e inseparável da afirmação que o processo de produção material é a matriz ontológica do ser social; este seria um trabalho difícil nas atuais circunstâncias.

O terceiro é o conhecimento da natureza, essencial ao campo específico da educação, pois é através deste conhecimento que a sociedade e o educador poderão entender a educação como processo fundamental para a construção do novo modelo social. O conhecimento que se atribui à educação tem que estar articulado com a emancipação

humana; um saber ontológico que permitiria compreender os fundamentos para a construção de uma nova forma de sociabilidade. Tonet (2014, p. 21) afirma:

Esta compreensão evitará tanto a supervalorização da educação, que se expressa, muitas vezes, na afirmação de que ela é a responsável fundamental pelo progresso, quanto a desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária. Se considerarmos que hoje predominam, de um lado, concepções idealistas de educação, que lhe atribuem o papel de elemento fundamental no “desenvolvimento” da sociedade e, de outro lado, concepções que visam meramente adequar esta atividade aos interesses da reprodução do capital, veremos a enorme importância da correta compreensão da natureza específica da educação.

O conhecimento da natureza específica da educação é necessário para garantir o cumprimento da função específica da educação na construção de uma nova forma de sociabilidade. E para evitar que a função da educação seja diluída ou desvirtuada para outros fins, ou para que sejam subestimadas ou superestimadas as possibilidades desta atividade humana, que é a educação.

Diante dos desdobramentos que a crise estrutural do capital impõe ao complexo educacional, conforme apontamos anteriormente, é imprescindível que possamos compreender a importância de lutar por uma escola como um espaço de conhecimento, de apropriação da cultura geral e do saber sistematizado historicamente pela humanidade. As políticas reformistas que se instauraram na educação escolar resultam na precarização do complexo educativo, o que contribui para o distanciamento do conhecimento do processo histórico real.

O quarto requisito é o domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber. Tonet (2014) ressalta que de nada adianta, para as classes populares, que o educador tenha uma posição política favorável a elas se tiver um saber medíocre. De acordo com o autor, a efetiva emancipação da humanidade implica a apropriação do que há de mais avançado em termos de saber e de técnicas produzidas até hoje. Os estudantes, em seu processo de formação, adquirem uma concepção de mundo também a partir da necessidade de compreender a natureza específica de cada área e por meio da interação com este saber. Desta forma, ao educador não compete apenas o seu compromisso político, mas o domínio do saber específico, ou seja, a articulação destes com sua prática social.

E o quinto e último seria a articulação entre a educação e as lutas desenvolvidas pelas classes revolucionárias. Seria nesta articulação que os estudantes e os professores poderiam interagir na realidade para efetivar o conhecimento adquirido na sala de aula com a prática social. Obviamente, com a compreensão não tem a empreitada, por si só, de comandar a construção de uma nova sociabilidade, mas pode contribuir em larga medida para esta consecução. Entende-se que articular o processo de conhecimento, acumulado historicamente, com a realidade atual vivida na sociedade contemporânea é absolutamente necessário, uma vez que tais articulações com esse mundo devem ser compreendidas para que a dimensão educativa não seja vista de modo isolado.

Por esse caminho, a função ontológica da educação, poderia ser resgatada, que é permitir aos indivíduos a apropriação de habilidades, conhecimentos e os valores necessários para se tornarem membros do gênero humano. A educação, nesse processo, tem por finalidade “a formação integral do ser humano, enquanto uma condição basilar para o estreitamento da relação entre indivíduo e gênero no processo de reprodução social (AMORIM, 2018, p. 18)”. Nesse sentido, a autora

defende uma educação voltada para a formação humana, em suas dimensões mais amplas, da formação do indivíduo nas relações deste com a generalidade humana.

Tonet (2005) ressalta que a educação é uma atividade com especificidade própria, e que por isso a sua contribuição mais importante para a transformação da sociedade não é externa a ela (educação), mas interna. Ou seja, a atividade educativa é tanto mais emancipadora quanto mais e melhor exercer o seu papel específico. Como alertamos anteriormente, a educação escolar é repleta de limitações que estão relacionadas a sua própria condição como complexo social na sociedade de classes. Porém, as contradições que existem na sociedade capitalista permitem articulações que possam contribuir para a compreensão do processo histórico real e da urgente necessidade de transformação social.

As atividades educativas emancipadoras são fundamentadas nos princípios gerais que são necessários ao processo de formação dos sujeitos, que são os protagonistas das lutas sociais e que podem alavancar uma transformação social. Estas atividades podem contribuir significativamente para o processo de formação humana, levando em conta a criticidade e o engajamento de professores e estudantes nas lutas classistas. Sendo assim, entendemos que a busca neste processo de emancipação requer um intenso trabalho, estudo teórico e compromisso com a luta pela superação da opressão e da exploração dos indivíduos.

Não podemos deixar de ressaltar as dificuldades que são estabelecidas pelo sistema para a realização de tais atividades, porém estas seriam de extrema relevância quando se pretende a autoconstrução de um homem emancipado. Trata-se de uma ação prática que, embora limitada, pode contribuir para o entendimento das contradições do sistema e, com isso, com o engajamento dos indivíduos nas lutas por uma sociedade livre do controle capitalista. É possível utilizar a educação para articular lutas revolucionárias, mas uma teoria educativa emancipatória só será possível em uma sociedade plenamente emancipada.

As Atividades Educativas Emancipadoras poderiam contribuir para uma educação que possibilitasse uma formação humana dos indivíduos, para que estes entendam a necessidade da superação do estranhamento com o Trabalho e que reconhecesse neste o seu elo com a natureza, com o processo de produção e reprodução da vida. A partir do momento que o trabalhador compreende o processo de produção, ele torna-se capaz de entender que se tudo produz, a ele tudo pertence, e que deve reivindicar este direito, e não somente aceitar as migalhas de um sistema explorador. Como apontam Dal Lin e Schlesener (2016) *apud* Sousa Jr. (2010), a formação do homem está condicionada pelas contradições oriundas do trabalho alienado na sociabilidade capitalista. O problema fundamental da educação vai localizar-se essencialmente no processo de educação do proletariado.

Não devemos naturalizar as práticas e políticas educacionais de um sistema que precariza e desrespeita a condição de humanidade dos indivíduos. A luta por uma educação crítica, que de fato consiga concretizar e levar para a classe trabalhadora a arte, a cultura e o conhecimento científico, é imprescindível para a construção de um projeto de sociedade que ultrapasse os limites impostos pela sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. **Educação para o Trabalho no Capitalismo**: o ProJovem como negação da formação humana. - São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

- CARVALHO, E. **A produção dialética do conhecimento**. Maceió: Coletivo veredas, 2017.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p. 73-94, 2011.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. Traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. 1457 p.
- MACENO, Talvanes Eugenio. **Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007a.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. O Capital. São Paulo: Abril, Cultural, 1983. v.I.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI / Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim**. – São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cortejo *et al.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- NASCIMENTO, João Bosco Brito do. **A violência na sociedade e na educação em Marx e Engels**. 2019. 262 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (2019).
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- TASSIGNY Mônica Mota. Ética e ontologia em Lukács e o complexo social da educação. **Revista Brasileira de Educação** – n. 25 (2004)
- TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- TONET, Ivo. **Sobre o socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- TONET, Ivo. Atividades Educativas Emancipadoras. **Rev. Práxis Educativa**, v. 9, n. 1, 2014.

Data da submissão: 27/07/2022

Data da aprovação: 05/11/2022